

A OPINIÃO PÚBLICA COMO ELEMENTO DE AVALIAÇÃO SOBRE O DESEMPENHO DA POLÍCIA MILITAR NO MUNICÍPIO DE MACAÍBA

Cristiano Silva de Lira ¹
cristianosilvadelira@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem como finalidade levar o leitor à reflexão acerca da relevância da opinião pública como forma de compreender o impacto que ela pode gerar no ambiente interno e externo da Polícia Militar. Sobre tal impacto, podemos afirmar que ao elaborarmos pesquisa de opinião pública através de questionários junto à população no município de Macaíba, pode-se constatar que a instituição em tela sofre os efeitos de uma imagem desgastada pelo mau atendimento e pela ineficiência, ou seja, quando a população é questionada sobre como é a qualidade do atendimento dispensado pela Polícia Militar, principalmente em caso de ocorrência policial, a mesma é unânime em afirmar que a viatura demora muito, e quando chega ao local solicitado não oferece um serviço de boa qualidade, e por vezes é ausente. Este trabalho, além de denotar aspectos reflexivos e concretos no que tange os antigos paradigmas do exercício da atividade policial militar na sociedade, e em especial na cidade de Macaíba, tem também a importância de fornecer elementos qualitativos para a busca de estudos que impliquem mudanças na organização no sentido de eficiência e resultados na oferta do produto que é proporcionar Segurança Pública à comunidade pelo condão do exercício da cidadania participativa - e essa é a ideia - bem como o fomento e o subsídio de políticas públicas direcionadas à implementação e efetivação de um trabalho mais próximo do seu cliente que é o cidadão.

Palavras-chave: cidadania; Polícia Militar; opinião pública.

¹ Cristiano Silva de Lira é graduado em História- curso bacharelado - pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, e graduando do Curso de Formação de Oficiais da Polícia Militar/RN.

1- INTRODUÇÃO:

A sociedade macaibense, razão de ser da existência do 11º Batalhão de Polícia Militar, tem enfrentado os reflexos da onda de insegurança pública que se espalha pelos quatro extremos do Brasil. Diante de tal realidade, e buscando sempre a melhoria no serviço de segurança pública oferecido pelo citado Batalhão, o presente trabalho tem como meta discorrer acerca da opinião pública quanto ao trabalho policial militar na cidade de Macaíba, sob os aspectos desempenho e visibilidade como forma avaliativa e analítica de compreender a importância desses dois elementos.

Fatores preponderantes dessa natureza irão permitir que gestores e sociedade entendam que o exercício da atividade policial militar também perpassa pela evolução organizacional, pela quebra de paradigmas, como por exemplo a desburocratização de ações e descentralizações de comandos e processos como forma de diminuir custos ao erário e celeridade nas resoluções de problemas; pela reestruturação dos recursos humanos; pela postura ante às mudanças sociais, e sobretudo inserir-se na efetivação da cidadania e apresentar-se como organização preparada, adaptada aos movimentos e problemas sociais. E sob esse viés, a imagem que a Instituição passa à população é decisiva para que esta deposite admiração, respeito e confiança.

Sabe-se que as grandes empresas vivem de produtividade e busca de qualidade no oferecimento de seus produtos ao consumidor. Nosso produto é o serviço policial militar, e sua produtividade se materializa quando há qualidade na prestação desse serviço. Há o ditado das empresas de que imagem é tudo. A Polícia Militar precisa fazer seu *lobby* institucional mostrando à sociedade que seu produto é importante e que seu valor está na boa prestação de serviços ofertado. Seu *Marketing* gira em torno da qualidade do atendimento ao cliente que é o cidadão e pelo grau de envolvimento com a causa Segurança Pública. E isso se traduz em uma sistematização de métodos e processos consubstanciados em técnica e qualificação do homem. A valorização do profissional requer preparo e ensino conciliado com comprometimento e seriedade deste com os objetivos de sua organização.

Nesse diapasão, mister se faz entender que o desenvolvimento organizacional da Polícia Militar esteja imbuído de valores que leve em

consideração não apenas seu público interno e seus anseios, mas, definitivamente, valha a opinião pública como um elemento que sirva de termômetro avaliativo da qualidade do serviço prestado pela Polícia Militar.

2- CIDADE DE MACAÍBA: HISTÓRICO E CONSTRUÇÃO SOCIAL

A história do Município de Macaíba está intimamente ligada a de São Gonçalo do Amarante, do qual foi desmembrado, não existindo, porém, informações concretas sobre a penetração inicial do território. No final do século XVIII, o núcleo demográfico era conhecido como Povoação do Coité, e que mais tarde, com a Lei nº 605, de 11 de março de 1868, ao criar um juiz de paz, já o designava de Povoação de Macaíba, a qual foi bastante favorecida nos meados do século XIX por encontrar-se localizada numa área estratégica para a época. Os grandes navios não entravam no porto de Natal por problemas na chamada Boca da Barra, gerando assim, a necessidade de outros meios para o transporte da produção algodoeira negociada na Inglaterra.

A vinda da produção de algodão e do açúcar, do interior do estado, chegava naturalmente ao povoado de Coité, fazendo com que a localidade se tornasse na época um importante entreposto comercial, o qual atraía vários comerciantes da Paraíba e de Pernambuco. Foi aí que apareceu o ilustre paraibano Fabrício Gomes Pedroza. “Seu Fabrício” se tornou um dos maiores proprietários de terras, sendo o responsável por construir um ancoradouro bem no início da Estrada de Guarapes, e também por mudar o nome de Coité para Macaíba, que era o nome de uma das palmeiras mais admiradas de seu quintal. Atualmente, o Município possui o Distrito Industrial com 54 indústrias que empregam cerca de 9.850 pessoas. Um ponto importante foi a criação da Zona Processamento de Exportação (ZPE) para Macaíba pelo Conselho Nacional das ZPEs, que são áreas de livre comércio onde as empresas produzem e exportam com isenção de tributos.

Segundo Censo IBGE (2005), Macaíba possui uma população de mais de 74 mil habitantes, sendo o 5º em números populacionais no Estado, vivendo sua população com uma renda *per capita* que não ultrapassa dois salários mínimos e meio, ou seja, podemos inferir que grande parte desse contingente

populacional não dispõe poder aquisitivo elevado, ou de excelente IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que garanta ótimas condições de vida como disponibilidade de rede de saneamento básico, sistema de saúde eficiente, por exemplo. O que se vê são distorções como aponta Rita de Cássia¹ quando afirma que as políticas educacionais, em especial, aquelas voltadas para os contingentes que estão fora da idade escolar, não têm assumido um papel incisivo com vistas a mudar essa realidade, de modo que as mudanças que ocorrem são de forma muito lenta, e na sua maioria, fora do contexto da realidade técnico-científica e informacional que ora vivenciamos. A mesma autora assevera que a Região Metropolitana de Natal teve sua formação sócio-territorial articulada à produção de cana-de-açúcar (*plantation*), como forma de compreensão de uma realidade em que a cidade de Macaíba está inserida.

Macaíba como tantas outras cidades do Brasil, vem, nos últimos anos, sendo solapada pela violência urbana. Resolver problemas dessa natureza parece não ser tão fácil pelo Poder Público, pela sociedade, pelo aparato policial, pela classe política e outros entes públicos e privados. Poderíamos elaborar o seguinte questionamento: quais as causas primárias e secundárias que fazem com que as pessoas se tornem violentas mais e mais? Enxergar Segurança Pública é analisar não só o aparato de seus Órgãos, conjuntura e estrutura, mas acima de tudo, estudar as condições gerais e específicas que dão sustentação a uma sociedade organizada como a de Macaíba/RN.

Cotidianamente, assistimos no noticiário problemas provocados por falhas e precariedades em setores da Educação (alunos violentos, professores violentos), da Saúde (sucateamento, falta de profissionais, falta de atendimento) do Sistema Previdenciário, greves do funcionalismo dentre outros.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRN; Pesquisadora do CNPq; Coordenadora da Base de pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais/DGE/UFRN.

Assim, o fator Segurança Pública não poderia está “de vento em popa” (expressão que simboliza que as coisas estão caminhando da melhor maneira possível), ou seja, não poderia está bem se os demais estão aquém do que deveria ser.

O que se percebe no meio da conjuntura social atual é um dado aterrador como de alta taxa de analfabetos funcionais, de uma massa populacional que chega à fase adulta com menos de quatro anos de estudos (24,59% do total de pessoas entre uma faixa etária de 18 e 26 anos de idade do município em tela no ano de 2000, dos quais tinham menos de quatro anos de estudo) – Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Desse modo, podemos tirar algumas conclusões com o exemplo através do ditado popular mostrado acima, pois dele suscita-se a seguinte pergunta, a saber: será que teríamos um serviço policial com qualidade total quando os demais setores da sociedade estão falhando com seu papel constitucional? A Polícia Militar não poderia, em todo este contexto, ser uma panaceia ou uma salvadora da pátria para as demandas, contradições e problemas sociais. Por outro lado, não é por isso que deixaríamos de estudar e refletir Segurança Pública e procurar meios e soluções que venham possibilitar uma melhor atuação da Instituição ante aos problemas sociais, econômicos e culturais postos.

Nessa perspectiva, será que podemos encontrar um caminho a tracejar para que atinjam o primeiro passo em direção a um planejamento eficaz e dinâmico na imagem, ou mesmo em um reaparelhamento da Organização policial militar (incluindo-se aqui formação profissional adequada, *Layout*, visibilidade e eficiência), na pretensão de diminuirmos os índices da violência urbana na cidade em tela? Portanto, sugerir a opinião da população consumidora do serviço prestado pela Polícia Militar é indispensável para se ter uma avaliação do que lhe é proporcionado. É o que propomos neste trabalho, visto a problemática acima descrita.

3- BREVE HISTÓRICO DO 11º BPM E SUA ATUAÇÃO:

Situado na cidade de Macaíba, o 11º BPM originou-se da então 2ª CIPM - Companhia Independente de Polícia Militar, cuja unidade policial originou-se da antiga Companhia Administrativa de Destacamentos, integrante da estrutura organizacional do 1º BPM – Batalhão de Polícia Militar, na época, com sede no QCG – Quartel do Comando Geral, na Av. Rodrigues Alves, S/N, bairro Tirol, em Natal. Em 2 de maio de 1983 tornou-se Unidade isolada com o nome de 2ª CIPM e situada na cidade de Macaíba devido à sua importância sócio-econômica e cultural para o estado norte-riograndense, tendo como primeiro comandante o Major PM Valdenor Félix da Silva, e abrangendo uma área de 42 municípios. Com a gestão do Coronel PM Marcondes Rodrigues Pinheiro, a 2ª CIPM transformou-se em Batalhão, através do decreto nº 21.611, de 7 de abril de 2010, sancionado pelo governador Iberê Ferreira de Souza, e tendo como primeiro comandante o Major PM Fábio André Pessoa de Araújo. Atualmente o 11º BPM dispõe de um efetivo policial com aproximadamente 200 profissionais no total para suprir uma cobertura policial militar nos municípios de Extremoz, São Gonçalo do Amarante, Ielmo Marinho e Vera Cruz, além do próprio município de Macaíba.

4- PERSPECTIVAS ATUAIS:

Compreender as estruturas de polícia, tal qual as demais instâncias de macro poder, historicamente em nosso país acabaram servindo às elites como mecanismo de controle social, e até há pouco tempo foram extensão dos Estados, de uma ideologia voltada para a segurança nacional, não obstante, com a abertura política e a democratização em nosso país têm procurado se adequar às novas realidades e contingências sociais, muito embora a incorporação de novos postulados inerentes aos direitos de cidadania encontrem resistências individuais e institucionais. Isso se torna relevante quando se pretende estudar as bases e a construção desse processo. Corroborando a essa problemática de “função das polícias”, percebe-se que muito embora haja uma tentativa de articulação e mobilização no sentido de proporcionar segurança à sociedade e às pessoas, seus esforços têm sido

muitas vezes em vão, e isto decorre também dos problemas crônicos da sociedade. É preciso combater o pensamento de outrora em que a Polícia Militar se comporte como órgão a serviço de um poder, principalmente o poder econômico e o poder político, e sobre isso a afirmação de Monet, (2001, p 31) é esclarecedora: [...] é certo que o desenvolvimento das formas modernas de polícia na Europa resultou de uma demanda crescente em matéria de segurança, emanada, no essencial, das camadas dominantes urbanas. Mas nas modalidades de sua organização, tanto quanto nas prioridades operacionais que são as suas, transparece, no mais das vezes, mais a vontade dos governantes de se dotar de instrumentos politicamente confiáveis, do que uma verdadeira preocupação de responder à demanda social de segurança. Portanto, é, pelo menos, o que sugere uma observação atenta das formas e dos ritmos que escandiram o desenvolvimento dos aparelhos policiais desde sua emergência histórica[...]. É igualmente o que revela a análise de suas estruturas atuais. Podemos sugerir, como solução inicial, e até com efeitos a longo prazo, que seja adotado para a instituição um projeto de política de Estado voltado para os anseios da Comunidade pública. Depreende-se que se deve instrumentalizar as polícias segundo políticas públicas que lhe permitam atuar também num cenário político, o que é diferente de ser “usada” politicamente, ou seja, propugnar por uma atuação voltada para o atendimento às demandas sociais, legitimando suas ações mediante processos de interação e participação popular, em consonância com o que prescreve a nossa Carta Magna em seu artigo 144, ao asseverar que Segurança Pública é responsabilidade de todos.

Em razão da nova filosofia de policiamento empregada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública que visa o processo e implantação de policiamento comunitário para garantir a efetivação dos direitos humanos em nossa sociedade, justamente para que a aproximação polícia-sociedade se torne uma realidade e o combate à criminalidade seja efetivo e eficiente, o presente artigo segue no trajeto dessa nova metodologia, buscando um novo paradigma de assistência policial militar, ensejando, conseqüentemente, em um policiamento que priorize a participação do cidadão para atingirmos a um estado de cidadania tolerável. Nesse contexto, deslumbrando-se uma idéia com tais características, abríamos caminho para uma real prestação de

serviço que tenha como expressão marcante o apoio interativo-participativo entre comunidade local e Polícia Militar.

Diante das dificuldades enfrentadas pela população macaibense em seus mais variados aspectos, poderíamos destacar que a confiança na Instituição militar seria, inquestionavelmente, um fator primordial e decisivo ao caminho à qualidade de vida para os moradores da cidade em tela. Assim, possibilitar satisfação e bem comum a esta população com a singular proposta, tornar-se-ia numa missão, a qual implicaria em desafio urgente para os órgãos públicos, tanto daquela cidade como também serviria de exemplo para outras no estado.

Nesse diapasão, e levando em consideração o perfil da estruturação e formação da cidade de Macaíba, e os fatores que causam insegurança, necessário se faz planejar, potencializar e implementar um serviço policial produtivo e proativo. A sensação de segurança e o controle dos índices de crimes é um imperativo no atual modelo democrático, e a Polícia Militar é uma das principais Instituições responsáveis e parceira por efetivar e conduzir tal tarefa. Um plano consubstanciado em garantia de qualidade no atendimento ao cidadão é uma prioridade de todas as entidades que se dizem públicas e privadas no Brasil. Uma viabilização de um projeto desse porte, e com uma envergadura não convencional desse tipo, possibilitaria uma gestão policial de resultados a curto e longo prazo, tanto para as pretensões da Instituição Policial Militar, bem como, quanto para satisfazer as demandas e carências da Comunidade em destaque. A curto prazo porque qualquer pessoa tem a necessidade em ser ouvida e acompanhada quando do momento de expor suas insatisfações e preocupações, o que causaria um impacto de imediato; a longo prazo porque fomentaria e abriria o leque em direção a um caminho de salutar gestões governamentais no quesito segurança pública.

5- CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com o advento da Constituição brasileira de 1988, denominada de “Constituição Cidadã”, trouxe para a sociedade brasileira e as instituições públicas em geral, um novo cenário social, político e econômico que marca a abertura da possibilidade de participação popular na democracia e na defesa dos Direitos Humanos.

As Polícias Militares como órgãos responsáveis pela Segurança Pública, onde são responsáveis pelo policiamento ostensivo pela preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio tiveram que se aproximar dos princípios do estado democrático de direito e a tolerância ante às diferenças da sociedade contemporânea brasileira.

Levando em consideração o raciocínio acima desenvolvido, mister se faz compreender que à polícia militar impõe-se o dever de se adequarem às mudanças da sociedade brasileira diante de um contexto tão adverso em que, diariamente, a imprensa escrita e televisiva denuncia a violência brasileira, principalmente a policial. “Isto É” e “Época” durante os meses de abril e maio de 2004 abordaram esta temática de maneira incisiva. Em que pese o fato de serem duas revistas eletivas, levou-se em consideração o alcance nacional desses veículos, representativas da imprensa brasileira. Seguem-se trechos da matéria, a saber: “Jovem, negro e pobre. Esse é o perfil de quem geralmente morre nas mãos da polícia. O racismo é um componente fundamental para explicar parte da violência” (*Época*, 03/05/2004, p. 99). “A polícia brasileira nunca matou tanto. Para piorar, os índices de criminalidade não diminuem – morrem cada vez mais inocentes” (*Época*, 03/05/2004, p. 95). Nesse contexto, a Polícia Militar no Brasil como um todo não passa ilesa ao julgamento dos críticos de plantão e muito menos dos quase 200 mil habitantes do Estado Brasileiro. Por características de seu trabalho, inevitavelmente, abre vistas ao fator da visibilidade e da eficiência no crivo da sociedade. Uma Organização que se envolve na seara do cotidiano de um povo que vive constantemente sob os ares da violência não pode agir isoladamente sob o ponto de vista apenas de sua Instituição, mas deverá ser parceira e atuar em conjunto com demais órgãos públicos, levando em conta a realidade social.

Sabemos que as polícias militares no país são órgãos estaduais, entretanto, seus agentes, profissionais de segurança pública, atuam nos municípios, nos bairros, nas ruas, junto à população. A Constituição Federal prevê em seu artigo 144 que à Polícia Militar cabe-lhe a preservação da ordem pública. Pois bem, preservar significa dispor meios e esforços com o intuito de cuidar de algo, de manter vigilância sobre o objeto em questão.

O campo de estudo permite identificar a instituição policial militar como membro parceiro e responsável por cuidar do assunto segurança pública.

Nesse sentido, preservar é também sinônimo de trabalhar, conhecer seu objeto de estudo e seu papel social. Para tanto, ela não deve se a ter ou se conformar em somente efetivar o patrulhamento nas ruas e conduzir cidadãos infratores a delegacias. Necessário se faz entender que ela deve ser uma instituição co-participante do processo de elaboração de políticas públicas voltadas ao campo da paz pública. É preciso que os policiais tenham a consciência das limitações e das distorções de seu trabalho, que reconheçam os liames que fazem com que haja uma certa ineficácia na aplicação de seu método. O investimento no aperfeiçoamento de seus procedimentos é um indicativo de valorização do profissional. Um esforço nesse sentido demandará em mudanças do tipo reorganização ou reforma institucional.

Paula Miraglia (2006, p.93) destaca que “nos últimos anos, a atuação do município no campo da segurança pública tem ganhado mais atenção no debate público e muitos deles, por sua vez, vêm ampliando sensivelmente suas arenas de atuação”. Dentro dessa perspectiva, o município poderá contribuir sobremaneira enquanto parte ativa no assunto segurança pública. Ações do poder local como planejamento e execuções transversais podem ser imprescindíveis para formular articulações com demais setores e órgãos públicos responsáveis pela gestão na segurança pública em níveis mais elevados. A questão do tratamento dispensado à segurança pública precisa-se também, ser contextualizada à luz dos ensinamentos de Soares (2005, p. 151), uma vez que chama a atenção para o descaso com que a área vem sendo historicamente ignorada pelos governantes:

Os governos se sucedem, no Brasil, e a violência criminal cresce dramaticamente, mas o problema não chega a ser enfrentado com políticas públicas apropriadas e recursos correspondentes à magnitude da tragédia social envolvida. É curiosa esta reiterada omissão, este silêncio, este imobilismo. A violência criminal parece sofrer de uma estranha invisibilidade conceitual, cuja consequência parece ser a dificuldade em assumir e implantar políticas públicas específicas, ainda que os efeitos da violência ocupem as primeiras páginas dos jornais, diariamente.

Prevenir é uma das missões que requer uma antecipação aos fatos delituosos, bem como tomada de ações que se destinam a evitar futuros problemas de natureza criminal e que, possivelmente, desencadeiem, em certos indivíduos, ações contrárias ao tolerável pela comunidade. A proatividade é caracterizada quando existe a atitude de se antever aos fatos, é prevenir e policiar. E por que não educar? Eis uma das missões da Polícia Militar. Para Balestreri, (2010, p. 27):

Há, assim, uma dimensão pedagógica no agir policial que, como em outras profissões de suporte público, antecede as próprias especificidades de sua especialidade...O policial, assim, à luz desses paradigmas educacionais mais abrangentes, é um pleno e legítimo educador. Essa dimensão é inabdicável e reveste de profunda nobreza a missão policial, quando conscientemente explicitada através de comportamentos e atitudes... É por esses comportamentos e atitudes, mais do que por suas palavras, que o policial educa.

Seguindo o raciocínio de Balestreri, poderemos inferir que o leque da missão constitucional do policial militar ganha maior dimensão na medida em que sua responsabilidade social se amplia ao ter de se comportar como educador ao tratar com o cidadão, seja orientando, seja ouvindo. Já que este mesmo sujeito é parte do cotidiano, do real e do imaginário popular quando está atuando. O policial militar é o objeto de alcance para um simples problema, e muitas vezes, o escape de alívio para outros, quando demais, o trauma psicológico de uma abordagem mal sucedida.

Assim, quando analisamos e ponderamos a questão do aspecto da opinião pública estamos nada mais que submetendo o trabalho da Polícia Militar a uma espécie de avaliação que visa o impacto da melhoria em quesitos como grau de confiabilidade, e imagem, esta como forma de quebra do velho paradigma de que ser policial era uma profissão almejada apenas por aqueles com pouco grau de escolaridade, ou falta de opção profissional mesmo. Além disso, não é possível conceber o aparato policial militar nas cidades brasileiras, e em especial na cidade de Macaíba, como mais uma entidade pública no enfrentamento da problemática ora exposta. Contudo, que a enxerguemos como uma instituição pública capaz, que se dedica e se efetiva diariamente como principal parceira em busca da qualidade de vida das pessoas, que

aceita a crítica como forma de reflexão e auto-análise de repensar os procedimentos de outrora e doravante.

REFERÊNCIAS:

CÁSSIA, Rita de. **Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRN; Pesquisadora do CNPq; Coordenadora da Base de pesquisa em Estudos Urbanos e Regionais/DGE/UFRN.**

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: Coisa de Polícia.** 2ª ed. Passo Fundo / RS, 2002, 108 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009. (Série Legislação Brasileira).

DE ALBUQUERQUE, Carlos Linhares. MACHADO, Eduardo Paes. **Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar.** Sociologias, Porto Alegre, ano 3, nº 5, jan/jun 2001, p.214-237
<<http://www.scielo.br/pdf/soc/n5/n5a10.pdf>>. Acesso em: 14 set 2009.

GIL, A Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MONET, Jean-Claude. **P o l í c i a s e s o c i e d a d e s n a E u r o p a .** Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.(Série Polícia e Sociedade).

NEVES, Luís José. **Pesquisa qualitativa – Características, usos e possibilidades.** Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>. acesso em 03/05/2010.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se policial:** a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. **Sísifo e as políticas de segurança pública no Brasil.** Porto Alegre: Gráfica Santa Rita, 2005.